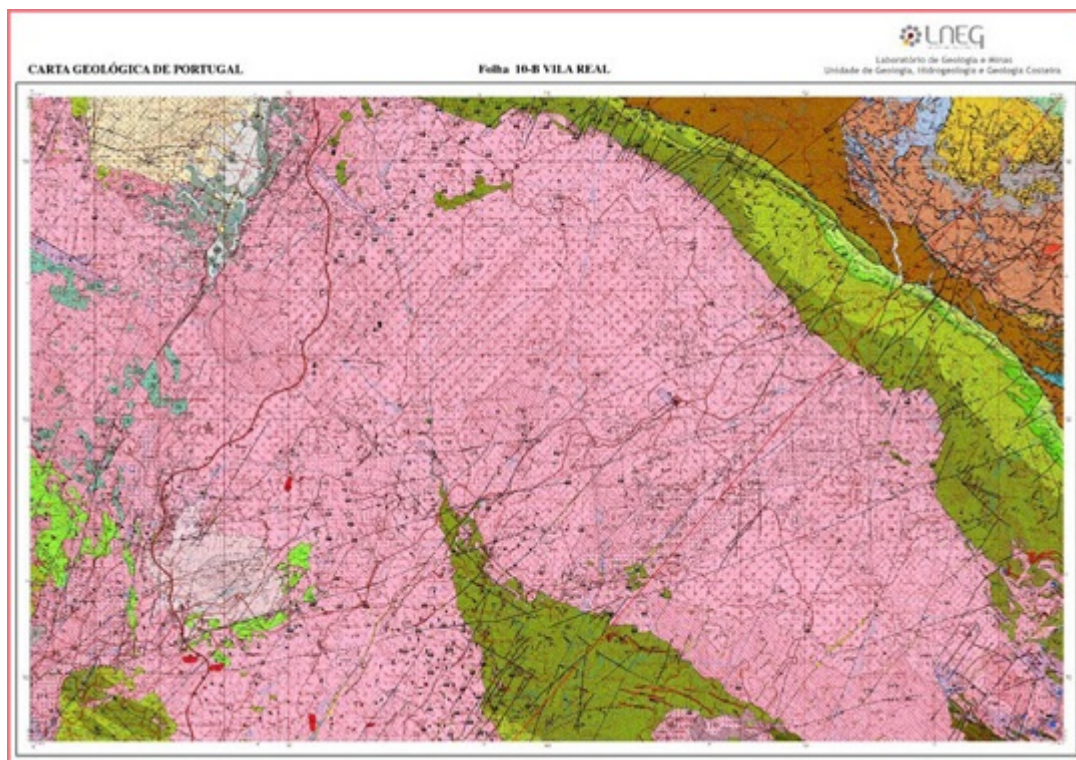


Seminário debateu Recursos Geológicos, Ambiente e Ordenamento do Território



□ Um seminário que contou com participantes de Vários Países e onde foi apresentada publicamente a versão preliminar da carta geológica 10B – Vila Real.

Decorreu de 6 e 7 de novembro o VIII Seminário de Recursos Geológicos Ambiente e Ordenamento do Território (RecGeo) organizado pelo Departamento de Geologia da UTAD, que contou com a presença de participantes oriundos de Portugal, Espanha, Eslovénia e Brasil.

No primeiro dia de trabalhos foi realizada uma conferência

plenária, uma mesa redonda e apresentados 25 trabalhos dedicados aos recursos minerais metálicos – nomeadamente o ferro do jazigo de Moncorvo; aos recursos minerais não metálicos, à contaminação de recursos hídricos, ao radão, aos geoparques, geoconservação, geoturismo e geologia de engenharia.

No segundo dia realizaram-se duas saídas de campo a importantes explorações de recursos da região – o ferro de Moncorvo e as águas minerais de Chaves e Pedras Salgadas.

Na conferência intitulada “Recursos da Plataforma Continental Portuguesa e as Perspetivas de Exploração”, proferida pelo

Professor Doutor Luís Menezes Pinheiro, Coordenador da Plataforma Tecnológica do Mar, da Universidade de Aveiro e Delegado Nacional no European Consortium for Ocean Drilling (ECORD) Council, instituição responsável pelo maior Programa Internacional de investigação nas Ciências da Terra, que envolve 26 países, foi referido que a prospeção e a exploração dos recursos minerais e energéticos dos fundos marinhos são hoje em dia da maior importância, atendendo a que uma grande parte destes recursos, muitos deles estratégicos, estão a escassear em terra e são manifestamente insuficientes para as necessidades previstas para pouco mais do que algumas décadas. Tendo em atenção que os fundos marinhos representam cerca de dois terços da superfície terrestre é óbvia a importância de serem efetuados os estudos necessários para a identificação de áreas com interesse de forma a ser iniciada a sua exploração.

Muitas dessas áreas possuem também ecossistemas associados com grande interesse para a Ciência, sendo fundamental realizar os estudos que permitam uma melhor compreensão dos processos de formação e extensão destas mineralizações e dos ecossistemas associados. A partir de 1997, com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), Portugal ganhou a possibilidade de poder reclamar a extensão da área marítima sob a sua jurisdição, para além das 200 milhas náuticas, tendo em maio de 2009 sido submetida a proposta de Extensão da Plataforma Continental Portuguesa, que permitirá alargar a área em mais de 2 milhões de km², passando a ficar com a 11^a área mais extensa a nível mundial, e a 3^a da Europa.

Esta possibilidade de extensão da Plataforma Continental representa uma enorme oportunidade para Portugal, uma vez que o nosso país dispõe nessa área de uma enorme biodiversidade e

um grande potencial em recursos vivos, minerais e energéticos no solo e subsolo marinho. Representa, no entanto, também um enorme desafio e responsabilidade do nosso país em promover o seu conhecimento, valorização e proteção.

No que respeita a recursos minerais e energéticos na margem continental profunda, estudos recentes demonstraram: (a) a existência de extensas áreas de crostas e nódulos polimetálicos ricos em óxidos de manganês e ferro, com teores muito altos em níquel, cobalto e cobre, e também em platina, cério e telúrio, na região da Madeira; (b) a presença de sulfuretos maciços ricos em cobre, chumbo e zinco com metais preciosos e metais aplicáveis em indústrias de alta tecnologia, em particular na região dos Açores; (c) a presença de fosforites em vários locais da Margem Oeste Portuguesa; (d) a presença de hidratos de gás termogénico em vários vulcões de lama descobertos na Margem Sul-Portuguesa; (e) bons indícios da possível ocorrência de reservatórios de óleo e gás com potencial interesse comercial nas bacias da margem portuguesa profunda, estando a decorrer a sua prospeção nas bacias de Peniche, Alentejo e Algarve.

Na mesa redonda debateu-se a importância da cartografia geológica para o ordenamento do território e conhecimento dos recursos minerais, nomeadamente no caso do túnel do Marão e na revisão dos PDM's da região do Douro. Foram também referidas as dificuldades sentidas a nível de recursos humanos e financeiros para a realização de trabalhos de cartografia geológica, bem como a pouca valorização pela comunidade científica desses trabalhos.

Na sessão de encerramento foi ainda apresentada publicamente a versão preliminar da carta geológica 10B – Vila Real, na escala 1:50 000, um projeto emblemático para a UTAD e a região.